

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES

FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ

CACOAL/RO

2015

DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ**

Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR,
Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles
em Cacoal como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^a Ms. Simone Marçal
Quintino

Cacoal- RO

2015

DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ**

Natureza: Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia
Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, mediante banca examinadora formada por:

Profª Ms. Simone Marçal Quintino	Nota
	Nota
	Nota
Média	

Cacoal /RO

2015

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força para superar as dificuldades em cada etapa dessa jornada.

A minha família: pai, mãe e irmãos, não têm palavras para expressar a satisfação por ter acreditado no meu potencial, com todo o cuidado e dedicação, mesmo estando tão longe se fez presente em cada instante dessa minha caminhada, em alguns momentos dando força para seguir em frente e me incentivando buscar novas oportunidades e desafios.

A todos os professores do curso de Administração Unir Cacoal -RO, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e em especial minha orientadora Simone Marçal Quintino pelo apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão deste artigo.

A vice diretora do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará, Lucilene Gonçalves, por ter apoiado a realização da pesquisa na instituição.

Aos meus grandes amigos, Alison Ainne, Gisele Neves, Jakson Alex, Patrícia Marinho, Nelcinda Mariani (e família), Tandara Trevisani... , que acompanharam mais de perto cada passo neste meu trajeto, pelos momentos de alegrias, tristezas e dores compartilhadas até aqui, agradeço por ter sido meu porto seguro, uma segunda família que tive a honra de conhecer nestes últimos anos. Obrigado imensamente pelo carinho!

“Não confunda derrotas com fracasso nem vitórias com sucesso. Na vida de um campeão sempre haverá algumas derrotas, assim como na vida de um perdedor sempre haverá vitórias. A diferença é que enquanto os campeões crescem nas derrotas, os perdedores se acomodam nas vitórias.”

Roberto Shinyashiki

Gonçalves, Dalva Cristina Barbosa.

G633f Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar: percepção dos alunos do Instituto estadual de educação rural Abaitará./ Dalva Cristina Barbosa Gonçalves – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
41 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof. Ma. Simone Marçal Quintino.

1. Administração. 2. Agricultura familiar. 3. Exôdo rural. 4. Jovens ruralistas. I. Quintino, Simone Marçal. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 658:63

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

ATA DE DEFESA DO ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – 24 DE JUNHO DE 2015.

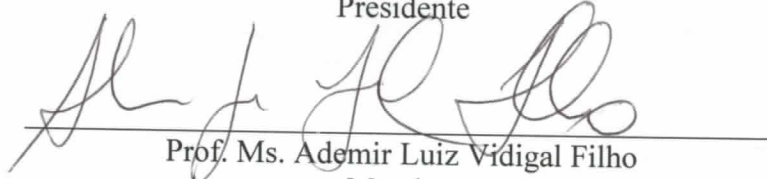
Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu-se na Sala 02 – Bloco B do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a banca constituída pelos Professores: Prof^ª. Ms. Simone Marçal Quintino (presidente), Prof. Ms. Ademir Luiz Vidigal Filho (membro), e Prof. Ms. Joareis Fernandes de Azevedo (membro), para examinar o (a) candidato (a) **DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES** na prova de defesa de seu Artigo de conclusão de curso intitulado: **FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ**. O presidente da Comissão iniciou os trabalhos às 16:36h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a arguição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 100 (sem). A ata segue assinada pelos membros da banca.

Cacoal / RO, 24 de Junho de 2015.

Banca Examinadora:



Prof^ª. Ms. Simone Marçal Quintino
Presidente



Prof. Ms. Ademir Luiz Vidigal Filho
Membro



Prof. Ms. Joareis Fernandes de Azevedo
Membro

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES

FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ

CACOAL/RO

2015

DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ**

Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR,
Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles
em Cacoal como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª Ms. Simone Marçal
Quintino

Cacoal- RO

2015

DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ**

Natureza: Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia
Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, mediante banca examinadora formada por:

Profª Ms. Simone Marçal Quintino	Nota
	Nota
	Nota
Média	

Cacoal /RO

2015

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força para superar as dificuldades em cada etapa dessa jornada.

A minha família: pai, mãe e irmãos, não têm palavras para expressar a satisfação por ter acreditado no meu potencial, com todo o cuidado e dedicação, mesmo estando tão longe se fez presente em cada instante dessa minha caminhada, em alguns momentos dando força para seguir em frente e me incentivando buscar novas oportunidades e desafios.

A todos os professores do curso de Administração Unir Cacoal -RO, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e em especial minha orientadora Simone Marçal Quintino pelo apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão deste artigo.

A vice diretora do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará, Lucilene Gonçalves, por ter apoiado a realização da pesquisa na instituição.

Aos meus grandes amigos, Alison Ainne, Gisele Neves, Jakson Alex, Patrícia Marinho, Nelcinda Mariani (e família), Tandara Trevisani... , que acompanharam mais de perto cada passo neste meu trajeto, pelos momentos de alegrias, tristezas e dores compartilhadas até aqui, agradeço por ter sido meu porto seguro, uma segunda família que tive a honra de conhecer nestes últimos anos. Obrigado imensamente pelo carinho!

“Não confunda derrotas com fracasso nem vitórias com sucesso. Na vida de um campeão sempre haverá algumas derrotas, assim como na vida de um perdedor sempre haverá vitórias. A diferença é que enquanto os campeões crescem nas derrotas, os perdedores se acomodam nas vitórias.”

Roberto Shinyashiki

FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RURAL ABAITARÁ¹

Dalva Cristina Barbosa Gonçalves²

RESUMO: A agricultura familiar é responsável por parte do abastecimento alimentar em diversas regiões do país, porém tem sofrido as consequências do êxodo rural, principalmente pelos jovens. A pesquisa tem como objetivo analisar quais os principais fatores que motivam a permanência dos jovens no meio rural em atividades ligadas à agricultura familiar. A pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa e método dedutivo. Utilizou-se como técnicas de coletas de dados a pesquisa bibliográfica e formulários estruturados contendo 31 perguntas abertas e fechadas realizados com 83 jovens do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará localizado no município de Pimenta Bueno/RO. Os resultados apontam que as jovens mulheres têm cada vez mais migrado para a zona urbana em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Os principais fatores que interferem na permanência dos jovens no meio rural são: continuidade nos estudos vem em primeiro, emprego fixo e melhores condições de vida. Destacam-se também à falta de atividades e espaços de lazer na zona rural. Verifica-se que os programas de políticas públicas não estão atendendo suas expectativas. Sugere-se que os órgãos competentes para repasse de tecnologias aos agricultores familiares divulguem e estimulem os jovens por meio de palestras e reuniões em associações de produtores rurais as diversas linhas de crédito voltadas ao público e que o governo crie formas de incentivos quanto ao lazer, qualidade de vida e meios para continuação dos estudos e oportunidades de geração de renda na zona rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Êxodo rural. Jovens Ruralistas.

INTRODUÇÃO

Debates sobre a agricultura é um tema que gera bastante discussão ao longo dos anos. No Brasil essa questão começou a ser avaliado a partir da década de 50, durante o período da urbanização e industrialização do país, momento em que a questão agrária no Brasil começou a ser debatida entre setores da sociedade. Neste período então surgiram as Ligas Camponesas e foram instituídos diversos órgãos do Governo Federal para tratar da questão agrária que levaram a políticas de colonização da Amazônia e de Reforma Agrária (FONSECA; MICHELLON, 2009).

¹ Artigo de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração sob a orientação da Prof^ª Ms. Simone Marçal Quintino.

² Acadêmica do 8º período de Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles. E-mail: dalcrist@hotmail.com

Para Hackbart e Rolf (2009) a produção, da agricultura familiar e dos assentamentos rurais é de grande importância para a economia brasileira, pois contribui para o grande abastecimento alimentar no país, assim como a efetivação da reforma agrária para a promoção da justiça social, a paz no campo e o desenvolvimento econômico rural, com recuperação e preservação ambiental, que são os parâmetros do cumprimento da função social da propriedade da terra.

Em todos os sistemas e regiões, os agricultores enfrentam problemas associados ao êxodo rural, um dos motivos que mais afetam é o fator atrativo que a zona urbana oferece a uma parte da população jovem rural, que migra para as cidades, principalmente, em busca de emprego e melhores condições de vida, impossibilitando a sucessão das atividades da agricultura. Silva (2009) destaca que normalmente, a profissão de agricultor é passada de pai para filho de maneira endógena, ou seja, os conhecimentos são passados de geração a geração, no próprio meio familiar, como também no ambiente da produção familiar, ou seja, a propriedade. Esta sucessão implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante no período da infância até a fase adulta.

Silva (2009) evidencia ainda que os jovens ruralistas sejam vistos pelos estudiosos como uma categoria que carrega a responsabilidade da reprodução social da agricultura familiar, exercendo assim a sucessão das atividades familiares. Hoje no Brasil o debate “juventude rural” ganhou bastante destaque em pesquisas realizadas, pois traz consigo o poder da sucessão das atividades rurais, antes exercida pelos seus pais.

O rural brasileiro necessita de muita atenção, pois é um dos grandes responsáveis por parte do abastecimento da população brasileira. Para Dotto (2011) na agricultura familiar, tanto as comunidades rurais tradicionais quanto os assentamentos de reforma agrária, encontram nos dias atuais uma resistência e um desinteresse crescente dos jovens pelo meio rural e em especial pela agricultura familiar.

As constantes mudanças tecnológicas e infra-instrutoras encontradas nos grandes centros urbanos são meios atrativos para as pessoas que vivem nela. Diante dessa constante transformação que ocorre, buscam-se formas estratégicas para o desenvolvimento contínuo das propriedades, como a manutenção do processo produtivo, crescimento econômico e uma boa qualidade de vida para obter a permanência dos jovens agricultores nas zonas rurais.

Desta forma indaga-se: *quais os fatores que têm influenciado a permanência desses jovens no meio rural?*

Neste intuito o objetivo geral desta pesquisa é levantar os principais fatores que motivam a permanência dos jovens no meio rural em atividades ligadas à agricultura familiar. E os específicos são: verificar as expectativas dos jovens rurais sobre seu desempenho ligado as atividades rurais; verificar os requisitos que levam os jovens optarem pela permanência na agricultura familiar; investigar as situações econômicas e sociais dos jovens pesquisados e, analisar como os aspectos culturais, familiares, sociais e econômicos podem contribuir para a permanência no meio rural.

A escolha do tema deu-se, através de observações referentes ao êxodo rural, que através de dados científicos, comprovam que nos últimos anos vem havendo um crescendo significativo de jovens ruralista, que abandona seu ambiente rural buscando novas oportunidades nas cidades. Esse fator tem gerado muita preocupação aos pesquisadores que observaram esse deslocamento nas últimas décadas, do qual a agricultura familiar vem sendo um tema muito discutido no Brasil, isto se dá devido à grande colaboração que a produção familiar tem com o abastecimento alimentar brasileiro. Essa contribuição só é realizada porque muitas pessoas ainda permanecem e participam das produções rurais.

Destaca-se a relevância do tema, pois muitas são as causas que levam os jovens a abandonarem a vida no campo, vindo a buscarem novos horizontes na zona urbana. Verifica-se que motivos como a falta de conhecimento por parte dos lavradores, melhores condições de saúde para sua família, a procura de escolas mais avançadas para seus filhos. Para Silva *et al.* (1998) a falta de políticas públicas no Brasil, referente a dificuldade e insuficiência aos serviços de saúde e educação de boa qualidade, o acesso ao lazer, por parte dos ruralistas, tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda na zona rural aumenta ainda mais essa vontade dos jovens em sair do campo e procurar novas oportunidades nas cidades, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na zona urbana, terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos.

Observa-se que são eles, os jovens, o alvo principal desse êxodo rural, pois buscam

mudanças e inovações para suas vidas, muitas vezes influenciados pelas inovações tecnológicas do dia a dia. O mundo atual oferece vários entretenimentos e mordomias que só encontram nos centros urbanos, alguns deles preferem assim, ir morar na cidade, do que dar continuidade nas atividades que seus pais já vêm desenvolvendo.

A pesquisa foi realizada no Instituto Estadual De Educação Rural Abaitará, por ser uma instituição que visa incentivar os jovens a permanecer e desenvolver suas atividades no seu ambiente, valorizando-se a importância de motivar esses jovens a se permanecer no campo, e dar seqüência as atividades já desenvolvidas pelos seus antecessores, buscando assim a diminuição da migração do campo para a cidade.

A pesquisa expõe a importância da presença e da permanência dos jovens na agricultura familiar, despertando a conscientização e valorização das atividades rurais. Sua contribuição para o meio científico será a demonstração de resultados obtidos através de pesquisa realizada na região, que divulgara a realidade dos jovens ruralista através de pesquisa realizados no Instituto Estadual Rural Abaitará, pois os dados referentes a esta realidade ainda são incipientes na região.

O artigo foi organizado em três capítulos. Após a introdução no capítulo um é apresentado o referencial teórico referente os conceitos que embasa a pesquisa, que é voltada a permanência dos jovens na agricultura familiar. Logo em seguida no segundo capítulo é abordada a metodologia utilizada na pesquisa, expondo como foi realizada a pesquisa e local em que foi coletada a amostragem para análise dos dados. Por fim no terceiro capítulo é exibido os resultados e análise dos dados com demonstrações de dados e gráficos comparativos entre o público masculino e feminino.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento da parte teórica do artigo expõe o conceito que foi utilizado como base da variável extraída na pesquisa. Foram levantados assuntos referentes à agricultura familiar no Brasil, o novo rural brasileiro, jovens rurais: permanência ou evasão, jovens na agricultura familiar camponesa, políticas públicas voltadas à permanência dos jovens na agricultura familiar e fatores que interferem na permanência do jovem na agricultura familiar, como a finalidade de apresentar uma rápida discussão do problema, tendo

como objetivos fundamentá-lo com teorias já existentes.

1.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Entende-se que a agricultura familiar é o ramo em que a família desenvolve as atividades e são donos da produção gerada pelo trabalho e esforço do grupo. No entanto, a produção da agricultura familiar é aquela em que a família tem posse da produção e ao mesmo tempo realiza as atividades produtivas, servindo do resultado desta produção tanto para sua subsistência como para o mercado.

Conforme dispõe a Legislação Brasileira, em sua Lei nº 11.326 de julho de 2006, que “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” considera-se o agricultor familiar o indivíduo que desempenha atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

Lima e Silva (2012, p.3) destacam que no Brasil “a produção familiar é tida como a principal atividade econômica de muitas regiões da nossa nação e precisa ser fortalecida, pois a gama de oportunidades para os produtores no que tange a empregabilidade e renda é muito importante. [...]”. A população e o consumo crescem constantemente e há regiões do país que os indivíduos se mantêm unicamente das atividades rurais.

Para Toscano (2003, p.3):

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentaram dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais dos pais pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Dados extraídos do IBGE (2006) evidenciam a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Em torno de 60% dos alimentos consumidos pela

população brasileira são oriundos desse tipo de produção rural e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. A agricultura familiar é responsável por uma grande parte da produção de alimentos no país, conforme Tabela 01.

Tabela 1: Alimentos Produzidos pela Agricultura Familiar no Brasil.

Produto	Participação
Mandioca	87,0%
Feijão	70,0%
Milho	46,0%
Café	38,0%
Arroz	34,0%
Leite	58,0%
Suínos	59,0%
Aves	50,0%
Bovino	30,0%
Trigo	21,0%

Fonte: IBGE (2006), Censo Agropecuário 2006

Toscano (2003) destaca que a agricultura familiar se mostra a modalidade responsável pelo aumento da produtividade no campo nestes últimos anos. Na década de 90, foi um dos ramos que mais se desenvolveu. Entre 1989 e 1999, a produção agrícola familiar aumentou em 3,8% ao ano. O bom desempenho ocorreu mesmo em condições adversas para o setor, quando nesse período sofreu uma queda de 4,7% ao ano nos preços recebidos. Esses resultados positivos foram alcançados mesmo tendo a agricultura familiar um histórico de baixa cobertura do crédito rural.

O governo tem usado com incentivos para os agricultores rurais alguns programas para incentivar na produção e manutenção dos ciclos produtivos. Um dos principais programas de incentivo à agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que ajuda os ruralistas a financiar projetos do pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros, o qual ajuda na manutenção de todo processo rural.

1.2 O NOVO RURAL BRASILEIRO

A agricultura vem passando por constantes mudanças nas últimas décadas. Tais mudanças surgem tanto na parte produtiva, quanto nas inovações das atividades produtivas

rurais. Analisa-se que estas transformações buscam modernizar e aperfeiçoar seus métodos produtivos, com o intuito de viabilizar sua produção de maneira geral. Segundo Silva e Grossi (2000, p.165):

O processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90. A partir do impulso das políticas keynesianas do pós-guerra e com a integração da agricultura com outros setores da economia, a produtividade agrícola aumentou consideravelmente em quase todo o mundo. Consequentemente, a produtividade do trabalho agrícola também experimentou substancial acréscimo, a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda a família passaram a ter caráter mais individualizado.

Observando o exposto pelos autores supracitados, verifica-se que o crescimento da produção agrícola está meramente ligado ao aumento do consumo em massa dos produtos derivados da agricultura familiar, do qual as pequenas propriedades rurais buscam a modernização de suas atividades agropecuária, visando melhorar sua produção e atender as necessidades do mercado consumidor.

Para Silva e Grossi (2000) nas nações mais antigas, consequentemente mais desenvolvidas tecnologicamente, observa-se a emergência de um novo processo produtivo, o pós-industrial, que foi marcado pela elevação do conteúdo tecnológico, ou seja, substituição do homem pelas máquinas, que objetivou a redução no tamanho das plantas industriais, e consequente queda relativa dos empregos no setor industrial da economia. Assiste-se ainda a proliferação de empresas prestadoras de serviços técnico-produtivos especializados por toda a economia.

Observa-se que de alguma maneira essa evolução tem afetado algumas propriedades rurais, pois deixaram de consumir a mão de obra humana, que antes era a única fonte de trabalho rural de produzir seus produtos, para substituir por máquinas. Muitas propriedades partiram para busca de empresas prestadoras de serviços que as auxiliam na preparação dos seus implementos agrícolas, e até para a terceirização de serviços, visando aperfeiçoar sua produção. Silva e Grossi (2000, p.165) destacam que

em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem:

- a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva;
- b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não

Há famílias de agricultores que trabalham nas atividades rurais e ainda exercem outra função, combinando assim suas atividades, conhecida como pluriatividade, ou seja, é a execução duas ou mais atividades pela mesma pessoa. Os trabalhadores rurais com essas características não dedicam seu tempo somente às atividades rurais das propriedades, mas também desenvolvem outros serviços nas horas vagas que lhes sobram. Analisa-se que as ações de pluriatividades são um meio de atrair a permanência dos jovens no meio rural, pois ele pode desenvolver as atividades rurais e ao mesmo tempo realizar atividades que lhes agradam.

1.3 JOVEM RURAL: A PERMANÊNCIA OU A EVASÃO?

Troian, Dalcin e de Oliveira (2009) evidenciam que a fase da juventude de uma pessoa já é por si só muito complicada, já que trata de indivíduos em fase de mudança psicossocial, da qual estão deixando de ser crianças e partindo para a fase adulta. Quando da abordagem destes jovens no meio rural, surgem questionamentos no que tange à permanência na propriedade e consequente continuidade dos afazeres da família ou ao abandono da propriedade rural familiar com vistas à mudança do modo de vida nas cidades.

Ferrari *et al.* (2004) trazem que a saída de jovens ruralistas filhos de agricultores do campo em direção às cidades vem aumentando muito nos últimos anos. Observando essa tendência, procurar entender as razões desse processo é um desafio para estudiosos que buscam aprofundamento no assunto. Mesmo aqueles jovens que querem seguir a profissão que os pais exercem no sítio encontram dificuldades para se permanecer no rural familiar. Abramovay *et al.* (1998, p.13) destacam que:

O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este “viés de gênero” no êxodo não parece estar ligado a oportunidades particulares favoráveis do mercado de trabalho urbano, mas a precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continua a ter as moças no interior das famílias de agricultores.

De Moura e Silva (2012) demonstram que através de pesquisa realizada em relação à participação dos jovens, que a pobreza e a precariedade nas áreas rurais levam muitos deles a se mudarem para as cidades com o intuito de estudar e/ou trabalhar, saindo muito cedo da área rural. Muitas vezes essa migração acaba sendo definitiva na vida dessas moças,

principalmente para as que conseguem emprego, na sua grande maioria atuando como empregadas do lar e constituem família na cidade. Com relação aos rapazes, não havendo a alternativa do emprego doméstico, é mais difícil encontrar trabalho nas cidades, por isso a maioria opta por permanecer no campo, em certos casos, abrindo mão dos estudos, ou até migrando para a cidade, com mais idade e depois da conclusão dos estudos possíveis no seu município.

Ferrari *et al.* (2004) mostram que os jovens com idade entre 13 e 18 anos, ainda cursando o ensino médio, se manifestam no sentido de substituir a permanência na agricultura por novos objetivos. Para esses jovens ruralistas, não há a obrigatoriedade de tornar-se agricultor no futuro, pois não se sentem no compromisso de assumir o modo de vida dos pais. Dentre os pesquisados 55% deles desejavam permanecer na agricultura no futuro, outros 33% desejavam trabalhar e morar na cidade. Para eles, a agricultura é vista como uma opção entre outras, inclusive a migração ou a inserção em outros setores da economia no meio urbano.

1.4 JOVENS NA AGRICULTURA CAMPONESA

A presença de jovens neste processo produtivo é muito importante para a manutenção e a sustentabilidade da produção rural familiar. Dotto (2011) evidencia que a agricultura familiar brasileira vem passando por um crescente problema, que é a sua manutenção. Tema bastante discutido por pesquisadores é a sucessão dos jovens na agricultura familiar, ponto crítico oriundo da não substituição dos proprietários rurais pelos seus descendentes jovens.

Os jovens buscam mudança de vida, oposta àquela vivida no sítio, como novas opções econômicas e estudantis, atraído pelas alternativas que as cidades grandes oferecem. “Dentre os motivos apontados para a imigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remuneração (fatores de atração); e de outro lado as, dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão)” (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Para Pereira (2004) as dificuldades que são encontradas nas diversificações das atividades produtivas podem aumentar a vontade de muitos jovens em ir para as cidades e não dar continuidade ao processo produtivo familiar das propriedades desenvolvido pelos pais.

Com esses problemas de deslocamento de jovens ruralistas para o meio urbano, há preocupação com a participação futura deles no processo produtivo e como se desenrolará o envolvimento das futuras gerações de agricultores ou se o mesmo caminha para o enfraquecimento das atividades costumeira das famílias. Um dos grandes problemas da permanência de jovens no seu ambiente rural se dá por causa do êxodo rural que, ao longo dos anos, vem aumentando mais.

Abramovay *et al.* (1998, p.16), [...] retratam que “é urgente que o êxodo rural deixe de funcionar como o processo que ameaça fazer da reforma agrária um jogo de soma zero (ou negativa). Segundo os autores, ao se relacionar o jovem com a agricultura familiar, verifica-se que projetos de sustentabilidade rural, dirigida aos jovens agricultores, não podem pautar somente a agricultura, considerando que a mesma tem vários segmentos.

Segundo os autores supracitados, os novos agricultores serão mais exigentes com a pluriatividade e a diversificação de segmentos, observando que as rendas não dependerão somente da agricultura, como também das mais variadas atividades que se incluirão no processo. Quanto maior for a preparação desses jovens para as novas atividades rural ou não rural, das quais evidencia-se as atividades voltadas para área rural, grande é a chance de realização pessoal e profissional desses, para a permanência em seu local de origem.

Verifica-se que a Assistência Técnica e Expansão Rural (ATER) propõe conhecimentos e capacitação para os jovens agricultores que pretendem permanecer em suas comunidades e assentamentos, com o intuito de contribuir para a promoção, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade das atividades produtivas das sociedades ruralistas.

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (PNATER, 2004, p.7).

Em consequência disso, a ATER enfrenta muitos desafios, os quais exigem a construção de projetos que venham a ajudar a execução de “[...] estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não-agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, consequentemente, ao fortalecimento da cidadania” (PNATER, 2004, p.6).

1.5 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A PERMANÊNCIA DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2011, p.2) verifica-se que a preocupação em traçar diretrizes e formular políticas públicas para a juventude é muito recente no país. Essa preocupação pode ser evidenciada, por exemplo, a partir de 2005, quando o tema passa a ser institucionalizado por parte do Governo Federal, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Presidência da República, com a intenção de criar políticas voltadas para a população jovem. O mecanismo direto de observação da importância desse reconhecimento pode ser constatado a partir da inserção do tema “juventude” em diferentes instâncias governamentais, resultando nas implementações de programas direcionados para esse público juvenil.

A juventude rural, especialmente quando vinculada à agricultura familiar, possui especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados – essencialmente diferentes dos que incidem sobre jovens pertencentes a outros contextos socioeconômicos, considerando também a dimensão do binômio rural-urbano, principalmente no que se refere à sua influência na constituição dos sujeitos, impactando, portanto, na diferenciação das demandas e necessidades dos/das jovens rurais –, pois são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do meio rural no Brasil (CONDRAF, 2011, p.2).

Rochet e Spínola (2006) expõem o Programa Nossa Primeira Terra, um dos subprogramas oferecidos pelo Estado que é “Primeira Terra”, uma linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário voltada para jovens rurais e destinada à aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Podem participar jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agros técnicas, na faixa etária de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade.

Vale destacar que para cursar o ensino médio ou superior, em quase todos os casos o jovem rural precisa ir para a cidade regularmente, onde terão acesso à outra forma de vida e diferentes modos de relacionamento social ao qual começarão a confrontar os valores da vida no campo e na cidade e despertarão o desejo de viver tal modo de vida diferente do qual foram criados (SIQUEIRA, 2004).

O objetivo do Projeto Balde Cheio é favorecer o crescimento sustentável da pecuária leiteira, com o objetivo de atender a demanda de extensionistas de entidades públicas e privadas e de produtores de leite de todo o Brasil. Seu objetivo é utilizar uma propriedade

leiteira de cunho familiar como "sala de aula prática" com a finalidade de reciclar o conhecimento de todos os envolvidos: pesquisadores, extensionistas e produtores e, ao mesmo tempo, apresentar essa propriedade como exemplo de desenvolvimento sustentável da atividade leiteira em todos os aspectos: técnico, econômico, social e ambiental. O principal resultado esperado é a recuperação da autoestima e da dignidade do produtor, permitindo a fixação da família no meio rural. O principal resultado é o restabelecimento da importância da extensão rural como fator essencial para o desenvolvimento sustentável da atividade leiteira (EMBRAPA, 2015).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem como objetivo estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, incentivando famílias a se permanecer no meio rural, através de incentivos por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. É oferecida uma linha de financiamento Pronaf – jovem que tem como beneficiários jovens maiores de 16 (dezesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos, integrantes de unidades familiares, que atendam a uma ou mais das seguintes condições, além da apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Contudo as exigências estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, para a participações dos jovens nesta linha de financiamento são:

- a) Que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino.
- b) Que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
- c) Que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinárias em instituição de ensino superior, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
- d) Que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- e) Que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira;
- f) Que tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo). BACEN (2015)

Destaca-se que o limite por beneficiário é de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), e podem ser concedidos até 3 (três) financiamentos para cada beneficiário e a contratação do novo crédito fica condicionada a prévia liquidação do financiamento anterior, com taxa

efetiva de juros de 1% a.a. (BACEN, 2015).

Conforme divulgado na página oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o crédito para agricultura familiar possibilita permanência de jovem no campo. O incentivo de créditos como Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) mais de 35 mil jovens já acessaram terra por este programa; Nossa Primeira Terra Com juros de 2% ao ano e um prazo de até 35 anos para pagar a terra, a linha Nossa Primeira Terra; Combate à Pobreza Rural. A linha Combate à Pobreza Rural (CPR) do PNCF prevê juros de 0,5% ao ano para jovens inscritos no Cadastro (MDA, 2015).

As políticas públicas de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria têm como objetivo a finalidade de superar a realidade, de produtores ruralistas de baixa renda, pois foi instituído pelo Governo Federal o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) com o intuito de elevar a renda familiar *per capita*; ampliar o acesso da população rural em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; propiciar o acesso da população ruralista em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva (PBSM, 2015).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) incentiva os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, adquirir e estruturar um imóvel rural por meio de financiamento que possibilitará a aquisição desse imóvel. O PNCF é coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com os governos estaduais, movimento sindical rural e uma grande quantidade de parceiros. Além da terra, o programa possibilita a construção das instalações básicas para a casa (luz, água e esgoto) e investimentos produtivos, como a preparação do solo, compra de implementos, acompanhamento técnico e o que mais for necessário para que o agricultor possa se desenvolver de forma independente e autônoma, segundo o site da Caixa Econômica Federal (2015).

Para De Bastiani (2012) os anos 90 foram muito importantes para a Educação do rural, tanto pelo viés dos movimentos sociais que se organizam para defender assuntos educacionais, como pelo viés do Estado que passa a ver a Educação para a população rural como diferenciada da urbana. A I Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo” é vista por Santos (2012, p.7) como:

[..] um marco para o reconhecimento do campo enquanto espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação. Nela foram debatidas as condições de escolarização face aos problemas de acesso, manutenção e promoção dos alunos; a qualidade do ensino; as condições de trabalho e a formação do corpo docente, além dos modelos pedagógicos de resistência que se destacam enquanto experiências inovadoras no meio rural. A socialização desses modelos sinalizava a construção de uma proposta de educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural.

Algumas propostas referentes à juventude rural no Brasil foram colocadas em análise pelo “Grupo Temático da Juventude Rural” para discussão sobre as políticas estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar e da superação dos seus dilemas sucessórios.

Santos (2012, p. 8) destaca que a partir do reconhecimento de que a Educação Escolar concedida para os ruralistas é diferenciada da educação urbana, o Estado passou a elaborar programas que viessem a suprir a falta de atenção com a escolarização do campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA criado no ano de 1998, e somente foi incorporado ao INCRA em 2001,

O projeto Saberes da Terra surgiu visando vencer as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em suas atividades de produção, criando assim espaços e possibilidades concretas da afirmação de novos referenciais capazes de dialogar com a prática desses agricultores na busca de um enriquecimento no conhecimento técnico-científico e de desenvolver melhores possibilidades para esses sujeitos emitirem respostas práticas às necessidades básicas para a sua existência (COSTA, 2010, p. 131).

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) foi criado com o objetivo de dar apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para colocar em prática a política de educação do campo, que têm por base quatro eixos: gestão e prática pedagógica; formação de professores; educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. Observa-se que os programas oferecidos têm o objetivo de chegar até as propriedades rurais e disponibilizar aos ruralistas o acesso à educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, para a formação de educadores para as escolas de assentamentos/acampamentos e na formação técnico profissional de nível médio e superior (PORTAL EDUCAÇÃO, 2012).

1.6 FATORES QUE INTERFEREM NA PERMANÊNCIA DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerada juventude o período dos 15 aos 24 anos de idade. Weisheimer e Nilson (2009) definem os jovens como pessoas que ainda não estão com maturidade social definida, demonstrando que neste período em geral costumam gozar de maior liberdade e manter-se menos na dependência de seus pais. Sua personalidade já se encontra consolidada e as suas decisões sobre as carreiras profissionais impõem-se com todo o peso da coerção social.

Mansan (2012, p.1) mostra através dos dados extraídos do censo IBGE de 2010, que no Brasil existem 8,1 milhões de jovens rurais, sendo que destes 2,4 milhões vivem em situação de extrema pobreza. A vontade de muitos deles é conseguir uma boa renda, visando melhores condições de vida, buscando novas oportunidades nas cidades. Como muitos possuem baixa escolaridade, essa migração campo/cidade, poderá não trazer os resultados esperados, causando assim outros problemas, relacionados a esse comportamento.

A questão do êxodo rural somado com a questão sucessória é algo central, ela vem, da incapacidade das áreas de assentamento e das propriedades rurais absorverem todos os filhos e filhas das famílias; fortalecida na formação da nova geração, de filhos de assentados e de agricultores que perdendo a identidade de luta e vínculo com a terra. Isso acontece devido a vários fatores que contribuem fortemente para os jovens migrarem. A falta de infraestrutura básica no rural brasileiro; péssimas condições de estradas; escolas em condições precárias; falta de saneamento básico; dificuldade de acesso à terra, a saúde, ao transporte, a formas de lazer, a cultura nas áreas rurais e em especial a geração de renda, são fatores que dificultam a vida no campo (MANSAN, 2012, p.3).

De Castro (2005) mostra que ao se analisar as visões sobre “juventude rural”, observam-se a semelhança com as abordagens sobre “juventude”, ou “juventude urbana”. Neste caso, a “juventude” deveria ser impedida de realizar o êxodo: a migração do campo para a cidade e o consequente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar. Ao revés, a “juventude” pode ser o agente de uma transformação social que resgate o valor do campo. Para Da Costa Júnior (2010, p.47) a vontade de trabalhar e morar na cidade são revelados na medida em que os jovens relatam permanecer na agricultura, porém as dificuldades financeiras que passam e a pouca escolaridades desses jovens tornam mais difíceis suas possibilidades de ingressarem no mercado de trabalho no meio urbano.

Percebe-se que a dificuldade de muitos jovens em conseguir terras, para o cultivo

produtivo e desenvolvimento da agricultura familiar, tem sido uns dos problemas apresentado pelos autores. Carvalho *et al.* (2009) destacam que em sua pesquisa as dificuldades encontradas pelos jovens no acesso à terra, gerando um desinteresse para a continuidade da vida no campo, ante o fato de que o jovem possui uma vontade muito grande de adquirir sua independência financeira através do trabalho remunerado, o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na propriedade familiar. Em alguns casos, os pais disponibilizam uma parte da propriedade para o filho “colocar o roçado” e tentar obter algum lucro na pequena área. Em outros casos a terra é muito pequena e qualquer ajuda do pai para o filho compromete a subsistência da família. Aumenta a dificuldade da aquisição da terra, a falta de conhecimento técnico, pois existem poucas escolas agropecuárias. Para muitos, sair de casa para estudar é permitido em poucas ocasiões, advindo seu conhecimento do que aprendeu com a família. Além disso, a falta de assistência técnica para orientação destes e falta de crédito para início de alguma atividade, entre outros fatores, interferem fortemente no interesse em permanecer no campo. Já as filhas ainda sofrem um pouco mais na dependência dos pais e acabam migrando para a cidade em busca de trabalho remunerado e sua independência.

Carvalho *et al.* (2009) acrescentam que um aspecto muito discutido nessa última década, como um fator contribuinte para o êxodo rural, o qual seria a falta de eventos que tragam cultura e lazer para o campo. Estes fatores de descontração e socialização aliviam o estresse causado pelo desgaste do dia a dia de trabalho no campo, assim como a ansiedade e a depressão. Não havendo esse espaço de lazer, os jovens rurais procuram na cidade para a realização dessas atividades (festas, prática de esportes, cinema, etc.). Para Carneiro (1998, p.257) “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva com abordagem qualitativa, tendo como método o dedutivo. Esta pesquisa é descritiva, pois tem o objetivo de observar, registrar analisar, classificar e interpretar os fatos pesquisados, em que se expõe a situação atual do comportamento dos jovens que participam do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará.

A pesquisa descritiva busca chegar ao conhecimento e a comparação dos

comportamentos que envolvem o ser humano, individualmente e em grupo sociais e organizacionais nos aspectos sociais, econômicos, culturais, etc. Nestas pesquisas os fatos e os dados devem ser retirados do ambiente natural, da vida real, onde tudo acontece, e analisar a influência que o ambiente exerce sobre o grupo pesquisado Michel (2005).

Quanto à abordagem qualitativa, Michel (2005) destaca que neste tipo de abordagem não se comprova a verdade numericamente ou estatisticamente, e sim convence na forma da experimentação empírica, ou seja, a partir de análises feitas de forma detalhada, assim como na argumentação lógica de idéias, no entanto, os dados e ciências sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois apresenta a percepção dos jovens quanto aos fatores que interferem em sua permanência no meio rural.

O método dedutivo, de acordo com a aceção clássica, pressupõe a razão com a única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro, ou seja, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica GIL (2008).

As técnicas de coletas de dados utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram a pesquisa bibliográfica e formulário estruturado contendo questões abertas e fechadas. No que tange a pesquisa bibliográfica, para Santos (2005), esta é realizada com documentos já elaborados, tais como livro, dicionários enciclopédias, jornais e revistas, além de publicações, como comunicação e artigos científicos, resenhas e ensaios críticos. Seu objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo encontrar respostas aos problemas formulados na pesquisa, conhecendo as diferentes contribuições científicas relacionadas ao tema que são disponíveis, a exemplo da situação da agricultura familiar no Brasil, o novo rural brasileiro, jovens rurais: permanência ou evasão, jovens na agricultura familiar camponesa, políticas públicas voltadas à permanência dos jovens na agricultura familiar e fatores que interferem na permanência do jovem na agricultura familiar, conforme diversos autores.

Utilizou-se o Formulário Estruturado que é um documento padronizado, estruturado

segundo sua finalidade específica, com característica e campo apropriados, destinados a receber, preservar e transmitir informações, cujo lançamento definem a natureza ou cobrem o fluxo de um trabalho, desde seu início até a conclusão. Os formulários consistem em um conjunto de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador durante uma entrevista face a face (MARCONI, LAKATOS, 1996).

O formulário estruturado (APÊNDICE A) contendo 31 questões abertas e fechadas foi aplicado junto aos jovens que atuam na área rural e estudam do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará, e teve como objetivo diagnosticar os fatores que influenciam as populações jovens ruralistas a se mudarem para a zona urbana, verificando as expectativas desses jovens e seus desempenhos ligados as atividades rurais; investigar sua situação econômica e social e analisar se os aspectos culturais, familiares, sociais e econômicos podem contribuir para a permanência desses jovens no meio rural. O roteiro do formulário foi adaptado conforme a dissertação de mestrado de Dotto (2011) e validado por meio do pré-teste realizado no mês de março/2015 junto aos jovens ruralistas que estudam na Fundação Universidade Federal de Rondônia no município de Cacoal.

O universo da pesquisa é composto por 120 alunos matriculados no Instituto Estadual Rural Abaitará, sendo que participaram 83 jovens estudantes do curso técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, vindo de várias cidades do estado e que estavam presentes nos dias da coleta de dados realizada nos dias 12 e 13 de maio 2015.

Os dados foram coletados através de formulário e analisado, utilizando o programa Excel, com objetivo de responder os problemas da pesquisa. Foram utilizados na análise dos dados, gráficos e tabelas, pois segundo Marconi e Lakatos (1996) tabelas é um método bastante utilizados nas pesquisas, ele é representado em colunas verticais ou fileira horizontal, obedecendo às formas e classificação da pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (1996) gráficos são figuras que servem para a representação dos dados.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi usado o método de Análise de Conteúdo, por um tipo de metodologia realizada para estudar a ciências sociais, é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, conduzindo a descrições a um nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999). Esse método é muito utilizado em pesquisas sociais, nele o pesquisador utiliza técnicas para obter dados relativamente precisos,

pois se trata de uma simples técnica de análise de dados, que estimula uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

A pesquisa foi realizada baseada nos aspectos éticos, deixando opcional a intenção de se identificar ou não, obtendo assim o sigilo da identidade pessoal dos entrevistados. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) e foram codificados de P1 a P83. A pesquisadora assinou o Termo de Isenção de Responsabilidade (ANEXO B) isentando a instituição de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e idéias expressas no presente trabalho de conclusão de curso.

O artigo foi estruturado conforme o Manual do Artigo científico do curso de Administração com o objetivo de estabelecer as normas relativas à elaboração, acompanhamento, orientação e avaliação do Artigo de conclusão de curso, indispensável para a colação de grau do curso de graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Quiles (SILVA; TORRES NETO; QUINTINO, 2010).

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

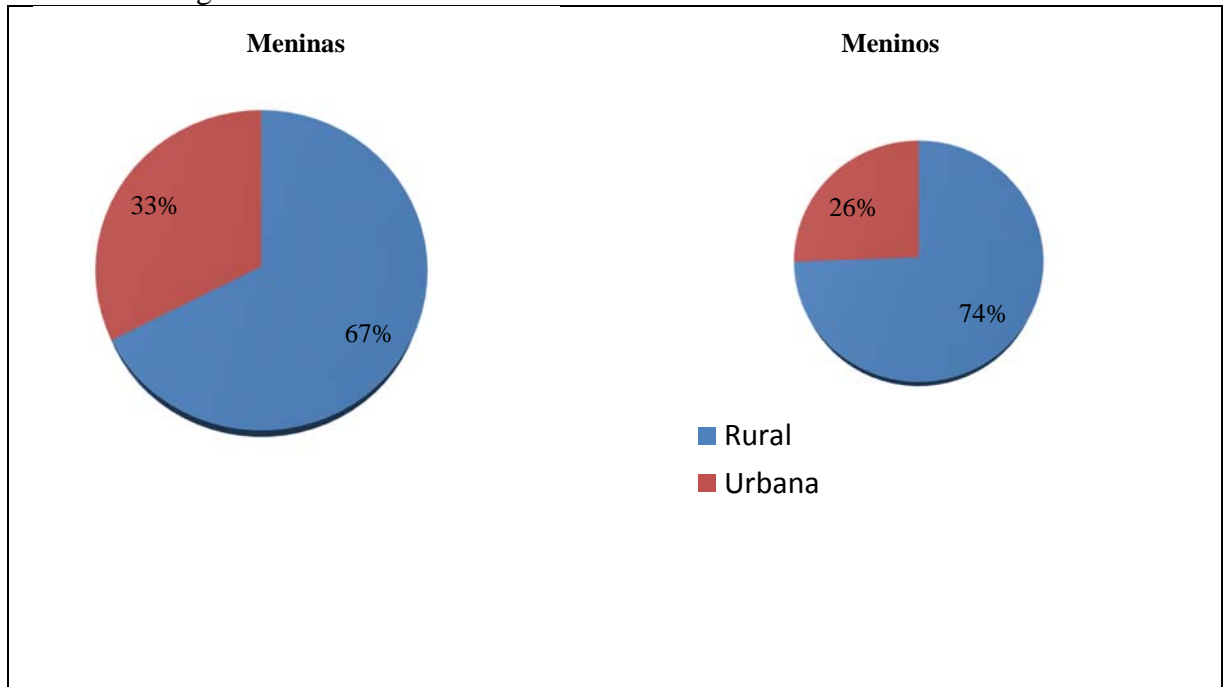
Os resultados obtidos com a pesquisa conforme os formulários aplicados foram abordados características gerais dos jovens, tais como endereço, idade, gêneros, atividades profissionais, produções das propriedades, plano para o futuro dessa juventude e política publica, abordando assim a visão e a vivencia entre campo e cidade.

3.1 PERFIL DOS JOVENS

Dentre os 83 alunos entrevistados, 49% são do sexo feminino e 51% do sexo masculino e por ser uma escola com Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio 87% dos jovens estão na faixa etária entre 15 e 18 anos. Destaca-se que 90% das meninas e 84% dos meninos se enquadram nesta faixa etária. E quanto ao estado civil, 97% são solteiros e moram ainda com os seus pais; 67% das meninas e 74% dos meninos possuem raízes advindas do meio rural meio rural. Observa-se que o percentual de meninas que já saíram do sitio é superior ao número de meninos. Os dados vão ao encontro do que Abramovay *et al.* (1998) traz em seus estudos, que há um severo processo de masculinização

do campo, já que as moças estão deixando a zona rural antes e numa proporção maior que os rapazes.

Gráfico 1: Origem



Fonte: Próprio Autor (2015)

O número de pessoas que fazem parte do grupo familiar dos entrevistados está entre 4, 5 ou mais pessoas, dessas participa ou desenvolve algum tipo de atividade agrícola apenas 1 ou 2 em cada família. Em decorrência do processo de êxodo rural dos jovens, está o processo de envelhecimento da população sitiante, neste contexto há uma tendência do produtor buscar novas alternativas e meio para manter a produção do sítio. Evidencia-se que, com as constantes mudanças e inserção de novas culturas no meio rural, surgem novas formas sociais e culturais, proporcionando uma mudança de comportamento naqueles que antes viviam em uma hierarquia familiar voltada ao trabalho agrícola, e agora vêm seus espaços ampliados com novas formas de trabalho e sociedade, conforme Troian, Dalcin e de Oliveira (2009)

3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS *versus* PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL

Quanto aos aspectos culturais, observa-se que uma das principais questões mencionadas pelos jovens foi à falta de atividades e espaços de lazer na zona rural, sendo que 78% responderam que não existe quase nenhuma forma de diversão nas propriedades rurais a

serem desenvolvidas em seu tempo livre. Entre as meninas 75% dizem que nas horas de lazer vão a eventos culturais e igreja, 20% costuma ir a festas, cinemas e balneário e outras 5% costumam passar ao lado de seus familiares. Dos meninos 35% nas horas de lazer vão a casa de parentes outros, 30% vão a eventos culturais e igreja, 14% costuma ir na casa de alguns amigos, outros 14% prefere ficar com a família e 7% costumam ir a festa, balneário e cinemas. Esta falta de opção de lazer nas propriedades obriga aqueles jovens que querem descontraí-los a deslocar para as áreas urbanas em busca de festas, eventos culturais, igreja, cinema dentre outras opções.

Acredita-se que tal prática contribui também para que os jovens deixem o campo em busca de uma suposta vida melhor na cidade. Para Carneiro e Castro (2007) os principais motivos para a migração rural dos jovens referem-se aos meios atrativos e o lazer encontrado nos centros urbanos, como também a busca por trabalhos assalariados o que permitirá uma melhor estabilidade econômica.

Em relação às atividades profissionais desempenhadas pelos jovens ruralistas verifica-se que não possuem vínculo empregatício no momento, dedicando-se exclusivamente aos estudos, pois as atividades escolares são desenvolvidas em período integral, ou seja, 8 horas aulas por dia, distribuída entre sala de aula e aulas práticas destinadas a agroecologia e técnicas para a agricultura familiar. É importante ressaltar que o Instituto Abaitará trabalha com o regime contínuo onde os alunos ficam na escola por um período de seis meses, permitindo aos que moram próximos a escola se ausentarem aos finais de semana para visitar a família.

Mesmo dedicando integralmente aos estudos, verifica-se que 84% dos jovens do sexo masculino evidenciaram que quando tem disponibilidade, ajudam seus pais nas atividades ligadas a agricultura e 72% das meninas desempenham alguma atividade, tanto doméstica quanto a algum tipo de ajuda nos afazeres da propriedade. Para Dotto (2011) normalmente nas propriedades rurais o filho homem é a escolha natural do pai para continuar o trabalho na propriedade com a sucessão das atividades familiares. A filha é conduzida para as atividades domésticas e casualmente ajudar em algumas atividades ligadas a agricultura.

É importante que o agricultor familiar possua sua própria propriedade rural, podendo atender as necessidades da propriedade, como garantir a subsistência e estabilidade

econômica da família. Observa-se que 52% da amostra pesquisada possuem menos de 30 hectares, 16% possuem entre 31 a 60 hectares, 5% possuem entre 61 a 90 hectares e 7% responderam possuir acima de 90 hectares. Destaca-se que 20% evidenciaram que não possuem propriedades.

Em relação a produção das propriedades rurais, o nível de mecanização na produção está em: 57% utiliza apenas ferramentas, equipamentos manuais e tração de animal, 22% utiliza trator e grade, 14 % utiliza pulverizador e plantadeiras e 7% não produz. Entre os pesquisados 54% dos entrevistados produzem seus produtos para comercialização e 46% produzem apenas para o consumo familiar na propriedade. Na época da colheita, apenas 30% realizam mutirão para o cultivo dos produtos.

Destaca-se que 70% dos alunos consideram importante a possibilidade de morar no campo e trabalhar na cidade. A P1 destaca em seu extrato de verbalização *“que é necessário, pois além de ter um trabalho fixo assalariado, ainda tem a propriedade da qual com o equilíbrio da produção pode-se tirar uma renda maior.”* Para a P2 *“é fundamental ter as duas rendas, pois em determinada época do ano a renda mensal obtida no sítio é quase nula.”* A P3 evidencia que *“é uma questão de lazer, pois o campo oferece uma vida muito tranquila, podendo após um dia cansativo de trabalho na cidade é possível descansar de forma mais sossegada no sítio.”*

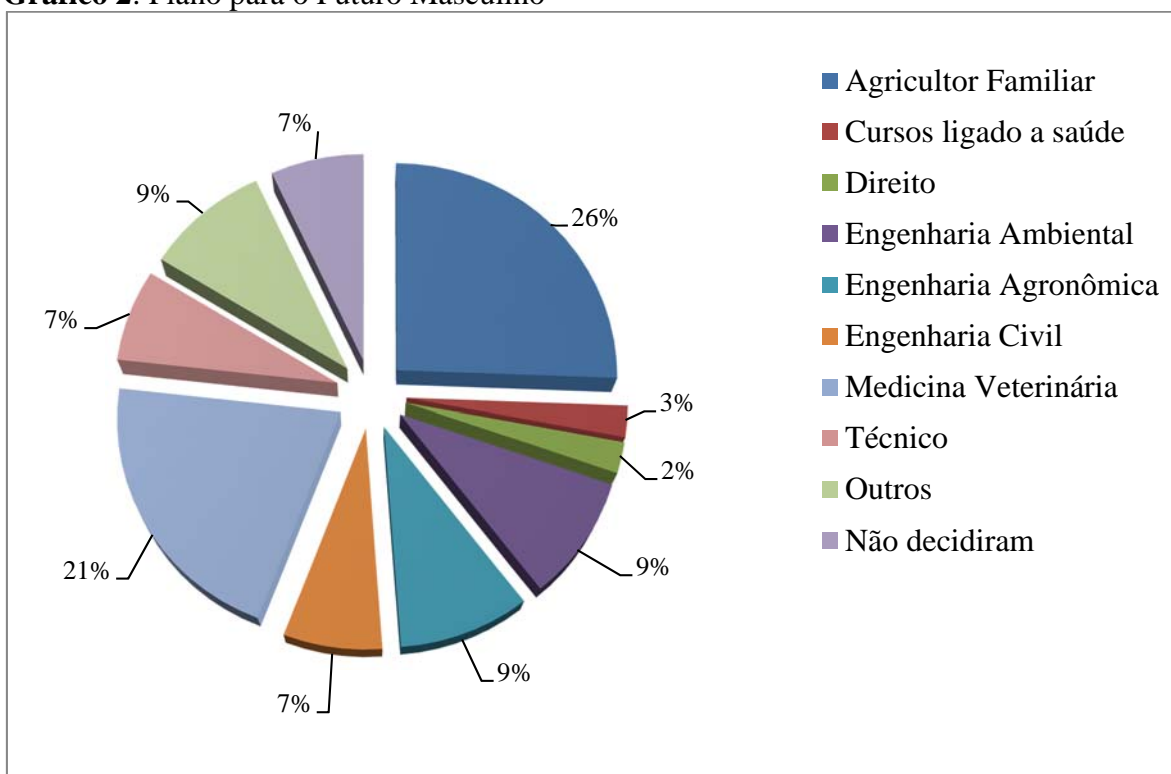
Outros, em média de 30% não acreditam que esta alternativa seja viável para a propriedade rural. O P4 comenta em uma de suas falas que não considera importante para ele quem busca o campo, sabe que ali se encontra boas possibilidades tão quanto na cidade. O P5 argumenta que se fixa as atividade somente no sítio os benefícios podem ser bem melhor, pois terá uma dedicação exclusiva ao campo. E, o P6 entende como não é viável, pois há uma necessidade de preservação e atuação no local de convívio.

Ao demonstrar quais seriam seus planos para o futuro profissional, os alunos demonstraram certo tipo de interesse à determinada área de conhecimento voltado ao meio rural. Alguns agruparam o conhecimento que estão adquirindo com as expectativas de desempenho de atividades voltadas a agricultura familiar, outros quer buscar formações de nível superior voltado a outra área e carreiras, como a formação no curso de direito. Esses comportamentos dos jovens ruralistas possuem uma influência significativa sobre a decisão de

permanecer ou não no campo e na sucessão das atividades já desenvolvidas pelos seus familiares.

Observa-se que 65% dos jovens optam por buscar outros tipos de atividades, sendo elas uma formação acadêmica que garantirá seu futuro independente das produções rurais. O gráfico 2 mostra que somente 26% do sexo masculino pretendem continuar desempenhando atividades voltadas a agricultura familiar. Entre outras peculiaridades identificadas na pesquisa os cursos de ensino superior mais pretendido entre os jovens do sexo masculino estão Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária entre outros. Os cursos escolhidos de alguma forma irão trazer muitos conhecimentos para aqueles que queiram continuar desenvolvendo atividades agrícolas, conciliando assim as atividades em suas propriedades como também trabalhando fora do meio rural.

Gráfico 2: Plano para o Futuro Masculino



Fonte: Próprio Autor (2015)

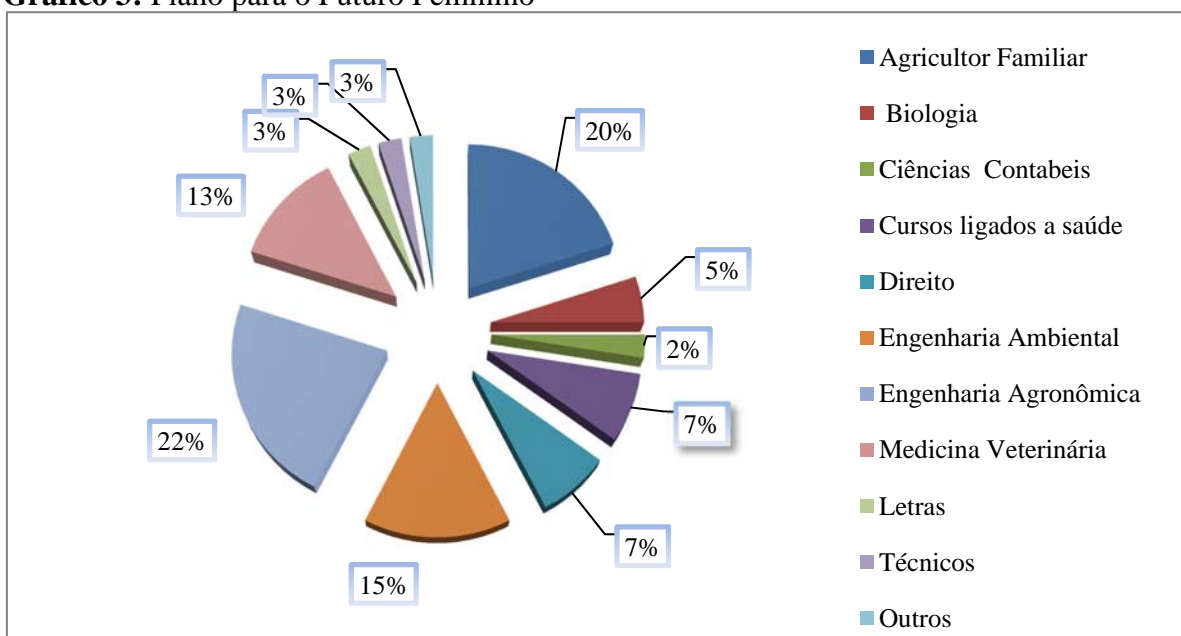
Destaca-se que o número de jovens do sexo masculino que buscam uma formação acadêmica em cursos não ligados a agricultura está em torno de 12% (Direito, Engenharia Civil e cursos ligados a Saúde). Esses jovens em um futuro bem próximo deixarão de viver no meio rural, buscando novas oportunidades no meio urbano, contribuindo assim para o

problema que é o crescente êxodo rural. Essa realidade vai ao encontro do que Ferrari *et al.* (2004) evidenciaram em seus estudos.

E ainda, Siqueira (2004) complementa que para os jovens cursar o ensino superior precisa ir para as sedes dos seus municípios regularmente, onde terão acesso a outra forma de vida e diferentes modos de relacionamento sociais ao qual começarão a confrontar os valores da vida no campo e na cidade e consequentemente despertarão o desejo de viver e desfrutar daquele modo de vida, diferente do qual foram criado.

Quanto ao público feminino correspondente a 49% da amostra, verifica-se que apenas 20% delas pretendem desenvolver atividades ligadas à agricultura familiar conforme evidenciado no Gráfico 3, 6% a menos que o percentual de jovens do sexo masculino. E ainda, 50% pretendem buscar uma formação profissional acadêmica em áreas de ligadas ao meio ambiente e ciências agrárias (Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental e Medicina Veterinária), deduzindo assim que possam futuramente desenvolver atividades ruralistas para si próprias ou para terceiros.

Gráfico 3: Plano para o Futuro Feminino



Fonte: Próprio Autor (2015)

E, 24% das meninas têm a intenção de buscar novas áreas de estudos ligadas à Saúde, Direito, Letras, Ciências Contábeis e Biologia, algumas mencionam que pretendem conciliar o trabalho e a propriedade rural, outros demonstrando que não tem muita afinidade com o trabalho rural e futuramente poderá migrar-se para a zona urbana contribuindo também

para o êxodo rural.

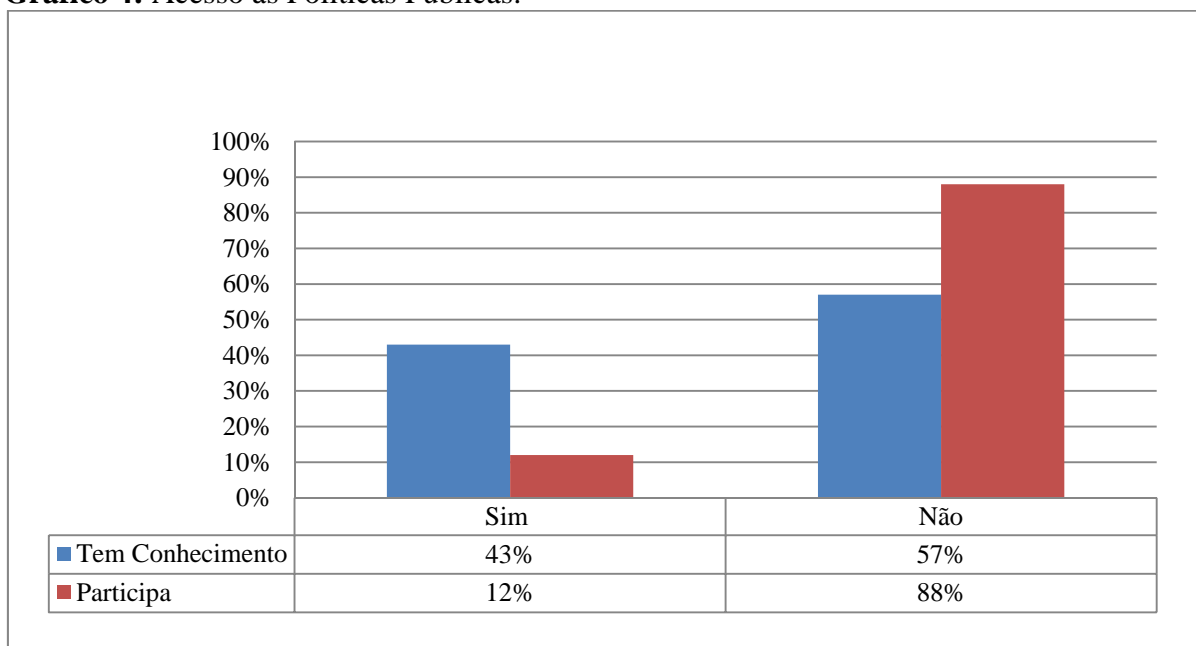
Conforme foi apresentado acredita que o desenvolvimento de atividades fora das propriedades rurais pode favorecer a permanência dos jovens no campo. O trabalho na cidade é uma alternativa para se gerar renda ou ter autonomia independente dos trabalhos rurais. Com o desempenho de atividades não-agrícola pode ser considerada uma indicação a falta de interesse em trabalhos rurais por parte desses jovens (DOTTO, 2011).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS JOVENS RURALISTAS

Esse tópico tem com objetivo, observar se as políticas públicas oferecidas pelo governo estão sendo de conhecimento por parte da população jovem ruralista que tem com o objetivo de analisar o grau de conhecimento e participação dos mesmos. Propostas voltadas à juventude rural no Brasil foram colocadas em análise pelo “Grupo Temático da Juventude Rural” para discussão sobre as políticas estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira e o da valorização da superação dos seus dilemas sucessórios, que do qual busca a expansão

Observa-se que mesmo com várias políticas de incentivo à agricultura familiar, os jovens não possuem muitas informações relevantes de projetos voltados a agricultura que o governo oferece com objetivo estimular a permanência no setor rural. Nota-se que 80% dos entrevistados acreditam que a falta de incentivo tem influenciado muito o êxodo rurais nos últimos anos. O P7 relata que a *“falta de incentivo associado às dificuldades encontradas no meio rural vem proporcionando o crescente êxodo rural dos jovens ruralistas.”* Para o P8, *“muitos jovens não possuem conhecimento a tais programas, não encontrando assim oportunidade de se manter no sítio e de obter sucesso nas atividades agrícolas.”*

Apenas 31% dos jovens têm conhecimento desses programas de incentivo e 12% de seus familiares participam de algum tipo de programas de políticas públicas voltadas a agricultura familiar oferecidas pelo governo, conforme evidenciado no Gráfico 04. Destacam-se alguns programas citados pelos jovens, sendo o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Escolas Agrícolas, Projeto Brasil sem Miséria, Programa Balde Cheio, mas que atualmente participam de forma mais direta somente o programa de incentivo a escola agrícola.

Gráfico 4: Acesso às Políticas Públicas.

Fonte: Próprio Autor (2015)

Aos que estão participando, foi questionado se estes programas estão atendendo às necessidades e expectativas desse universo jovem, tendo como objetivo a necessidade de auxiliar os agricultores familiares a permanecer no meio rural. Assim, os incentivos de inclusão produtiva rural buscam o início de uma forma de inserção que busca, gradualmente, fazer as famílias alcançar um novo patamar de inclusão social e econômica sem que possa sair de suas propriedades. A preocupação em traçar diretrizes e formular políticas públicas para a juventude é de caráter recente no Brasil, impossibilitando que muito jovens agricultores não participam desses programas de incentivo a permanência em região rural motivado pela falta de informações.

Observa-se que os programas de políticas públicas não estão atendendo as expectativas dos jovens, 57% dos entrevistados não tem conhecimento dessas linhas de financiamentos e 88% não participam de nem um tipo de incentivos oferecidos pelo governo. Vale ressaltar que o resultado obtido dessa pesquisa pode ser diferente em outras regiões do país ou entre outros jovens ruralistas.

Podem- se dizer que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. São beneficiárias do Pronaf as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que

comproven seu enquadramento, mediante apresentação da (DAP) Declaração de Aptidão ao Programa (BACEN, 2015).

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015) o Crédito para a agricultura familiar possibilita a permanência de jovens no Campo. Nota-se que 43% mencionaram conhecer algum tipo linhas de financiamento voltado à agricultura familiar como: Programa Nacional de Crédito Fundiário e a Juventude Rural, Nossa Primeira Terra, Combate à Pobreza Rural, Políticas Públicas para Inclusão Produtiva Rural e Projeto Balde Cheio. O programa Nossa Primeira Terra oferece baixas taxas de juros com longos prazos para pagar a propriedade; Plano Brasil Sem Miséria tem como objetivo a inserção das famílias em situação de baixa renda, ao acesso do conjunto mais amplo de políticas públicas e desenvolvimento rural. Projeto Balde Cheio tem o objetivo de favorecer o crescimento sustentável da pecuária leiteira, atendendo a demanda de extensionistas dos setores públicos e privados e de produtores de leite de todo o Brasil.

3.4 FATORES QUE INTERFEREM NA PERMANÊNCIA DO JOVEM NO MEIO RURAL

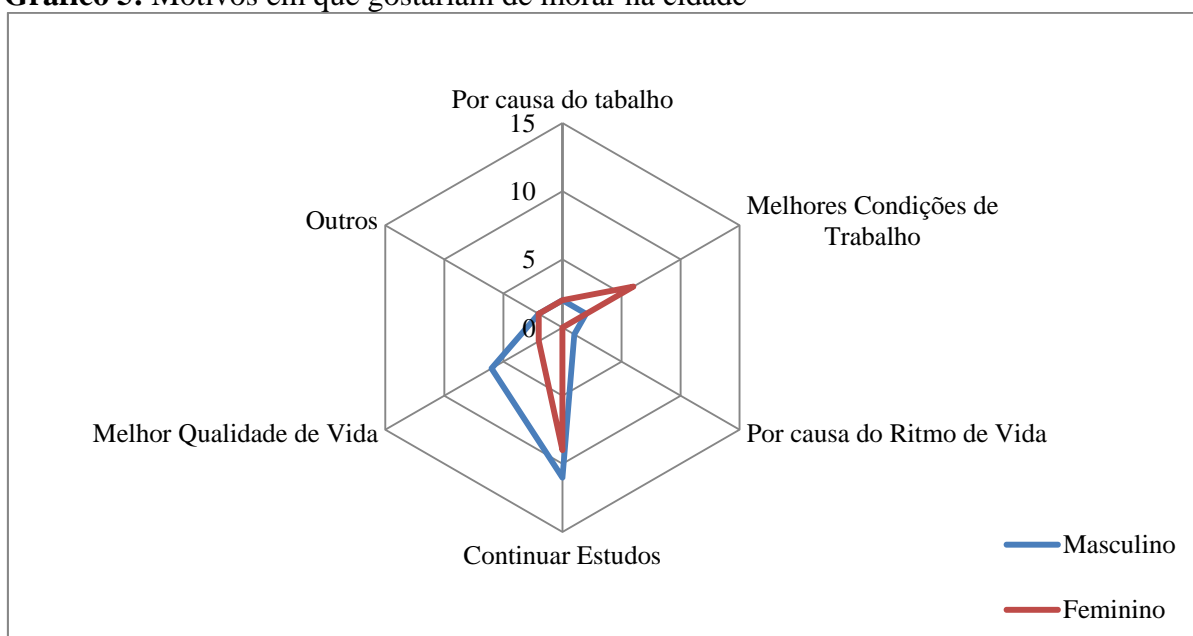
Quando questionados quantos os principais fatores que interferem na permanência dos jovens no meio rural, os estudos estão entre as grandes dificuldades enfrentadas pela juventude ruralista, observando assim que nas escolas agrícolas o ensino só vai até o nível médio e técnico, inviabilizando para aqueles que querem cursar um ensino superior, pois na grande maioria, precisa se deslocar para as cidades todos os dias, para frequentar a universidade. No entanto, 33% dos jovens optam por mudar para a cidade para buscar a continuidade dos estudos.

No processo de realização entrevistas notou-se a existência de diferentes grupos e pontos de vistas dos jovens. Um que se caracteriza pelo desejo de permanecer no meio rural, onde moram e assim dar continuidade nas atividades desenvolvidas pela família conciliando assim com os benefícios oferecidos na zona urbanos. Outro constitui por jovens que desejam sair do meio rural, em busca de melhores condições de vida, novas oportunidades de estudos e empregos.

Conforme é mencionado nos formulários, 54% dos jovens responderam que sim desejam morar ou continuar morando na cidade percebe-se que alguns motivos vêm sendo

problemas para esses jovens continuar residindo no meio rural, os motivos destacados estão relacionado entre eles, como melhor qualidade de vida; melhores condições de trabalho, pois se preocupam em ter uma renda que lhe de certa estabilidade mensal, o ritmo de Vida é outro ponto, pois acredita que a cidade oferece mais facilidades nos afazeres do dia a dia. Continuar os estudos outro fator de considerável importância para essa vinda campo / cidade. Dos que responderam que sim desejam ir para a cidade do total de mulheres 57% pretende ir para a cidade e dos homens 47% acreditando ter uma melhor qualidade de vida. No gráfico 5 demonstrado entre homens e mulheres quais fatores têm levado a optar em se mudar para o meio urbano.

Gráfico 5: Motivos em que gostariam de morar na cidade



Fonte: Próprio Autor (2015)

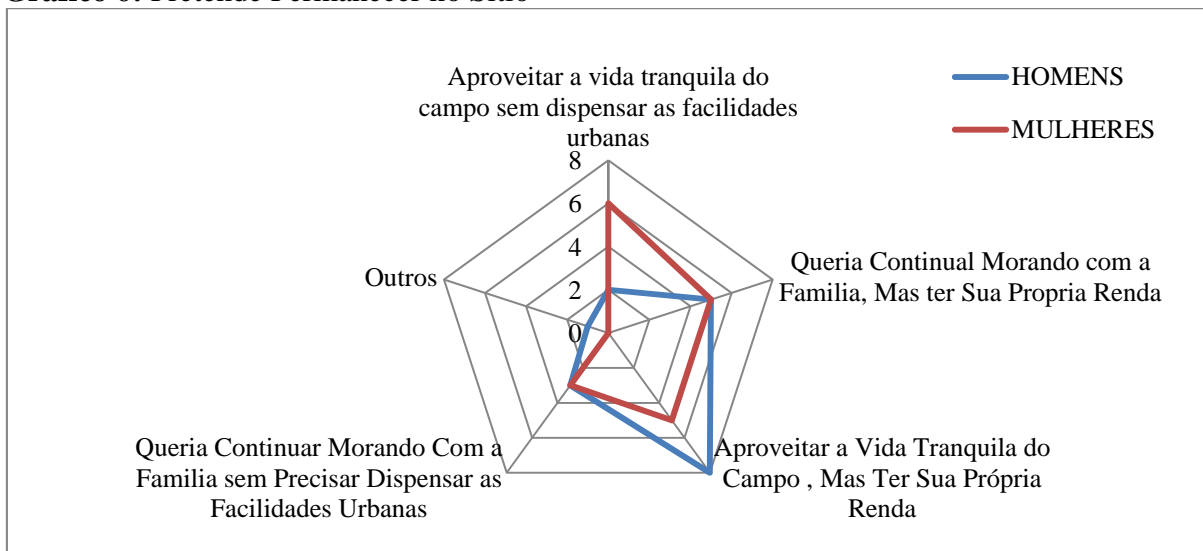
De acordo com o gráfico 05, dos 45 entrevistados que responderam que desejam mudar ou permanecer nos centros urbanos, 53% são homens e 47% são mulheres. Observa-se com estes dados que o número de homens com interesse em morar nas cidades foi superior ao das mulheres. Verifica-se que um dos maiores motivos demonstrados por esses jovens são busca de melhores condições de estudos como um nível superior e melhores condições de trabalho e qualidades de vida, que se diz acreditar que o campo não oferece tais benefícios. O mundo atual oferece vários entretenimentos e mordomias que só encontram nos centros urbanos, alguns deles preferem assim, ir morar na cidade, do que dar continuidade nas atividades que seus pais já vêm desenvolvendo. Para Carneiro e Castro (2007) através de análises os motivos apontados para a imigração rural juvenil estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remuneração e de outro lado as

dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola.

Observa-se que a agricultura familiar no Brasil, tanto as comunidades rurais tradicionais quanto os assentamentos de reforma agrária, ao longo das últimas décadas houve uma crescente resistência e um aumento do desinteresse dos jovens pelo meio rural e em especial pela agricultura familiar (DOTTO, 2011).

Analisa-se que os jovens que pretendem permanecer no sítio procuram usufruir de alguns benefícios que as propriedades rurais oferecem. Neste caso um dos quesitos mencionados pelos jovens foram: Desejam aproveitar a vida tranquila do campo, mas ter sua própria renda; como também, aproveitar a vida tranquila do campo sem ter que dispensar as facilidades urbanas. Pode-se avaliar que em ambas alternativas, o interesse em permanecer no sítio esta evidente, no entanto identifica-se que estes, não possuem interesse primário em desenvolver atividades rurais como fonte principal de renda, deixando claro, que o bem estar, proporcionado no campo está aliado com possíveis condições profissionais e pessoais que seria desenvolvida na zona urbana, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6: Pretende Permanecer no Sítio



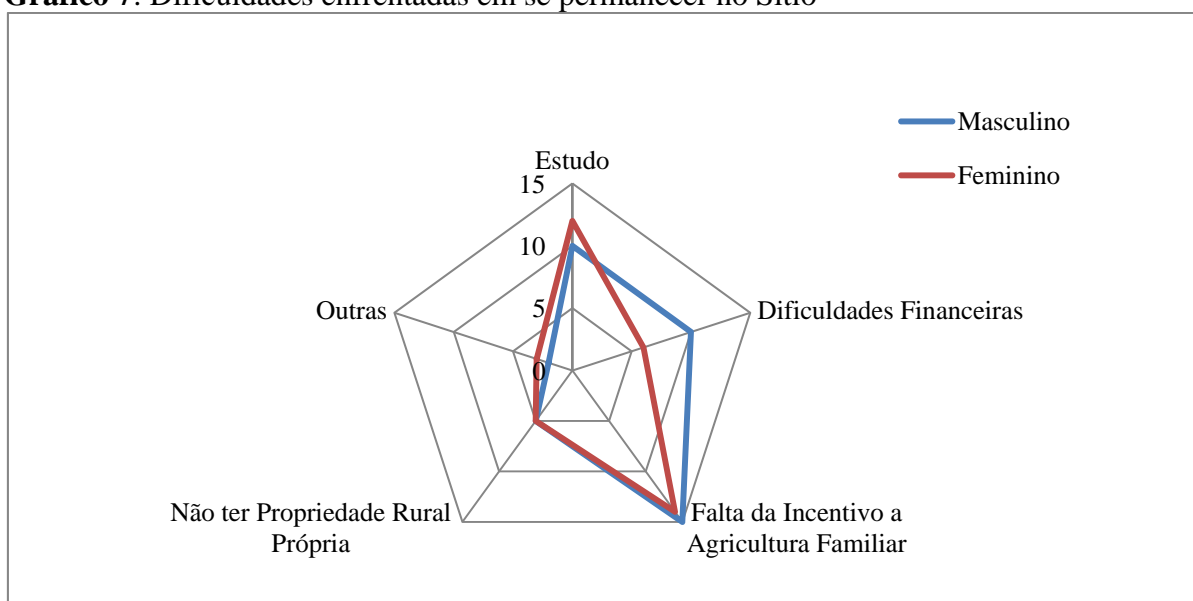
Fonte: Próprio Autor (2015)

Verifica-se que os jovens que pretendem ficar no sítio gostam do trabalho rural, e não acredita que a cidade seria bom pra se viver, acreditando que o custo de vida no meio rural é menor do que o encontrado nos centros urbanos. Os jovens ruralistas são vistos pelos estudiosos como uma categoria que carrega a responsabilidade da reprodução social da agricultura familiar, exercendo assim a sucessão das atividades familiares (SILVA, 2009).

Percebe-se que vários fatores têm dificultado a permanência desses jovens no meio rural, demonstrando que eles não estão satisfeitos com a vida que vem levando nas propriedades rurais ou que não possuem condições de continuar morando nestas propriedades fatores como a continuação dos estudos é o ponto mais citado pelos entrevistados, 21% dos pesquisados acreditam que para frequentar um nível superior e conseguir se desenvolver profissionalmente depende de possuir uma moradia na cidade facilitando o acesso aos estudos, haja vista que no campo não é disponibilizado ensino superior o que tem provocado essas constantes migrações. Falta de incentivo do governo é outro ponto mencionado por eles.

Observa-se que mesmo com todos os programas de políticas públicas oferecidas pelo governo, acredita-se que a falta de incentivo à agricultura familiar tem ocasionado certo desestímulo de desenvolver atividades ligadas à agricultura, pois não possuem conhecimento e informações necessárias o que leva a não participação desses programas. No gráfico 7 expõe as dificuldades enfrentadas entre meninos e meninas em se permanecer no sítio.

Gráfico 7: Dificuldades enfrentadas em se permanecer no Sítio



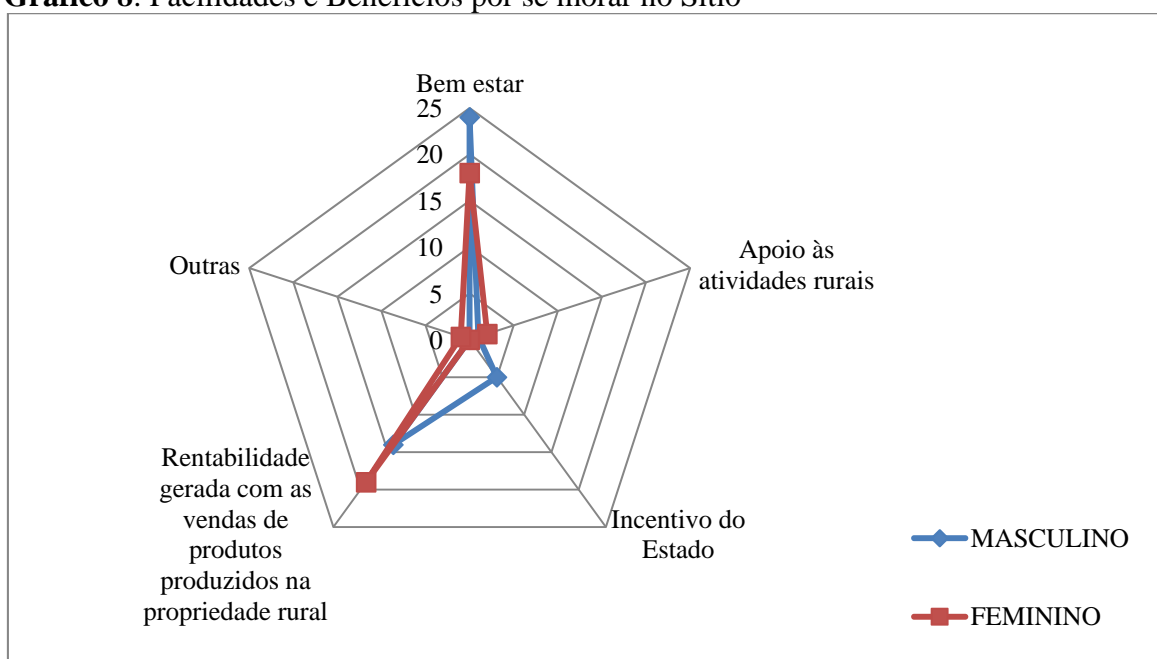
Fonte: Próprio Autor (2015)

Outro fator importante que foram mencionados pelos jovens e vem contribuindo com esse êxodo rural é a baixa situação financeira. 12% dos entrevistados questionam que a falta de possuir suas próprias propriedades rurais influencia diretamente na mudança do sítio para a cidade, ou seja, motivada pela instabilidade em se morar em propriedade alheia, tendo que buscar assim uma nova alternativa de vida nos centros urbanos. De acordo com Moura e Silva (2012) a pobreza e a precariedade das famílias nas áreas rurais levam muitos deles a se

mudarem para as cidades, na busca de empregos, com o intuito de ter seu próprio lugar pra morar e melhor condições de vida, o que leva a saída muito cedo dos jovens da área rural.

Os maiores benefícios citados por 55% dos alunos foram o bem estar que é proporcionado no sítio, seguido das rentabilidades gerado com as vendas de produtos produzidos nas propriedades respondendo assim 32% da amostra, 11% deles acredita que o governo de certa forma tem apoiado as atividades rurais, facilitando assim a produção e desenvolvimento das atividades rurais. O Gráfico 8 apresenta os resultados.

Gráfico 8: Facilidades e Benefícios por se morar no Sítio



Fonte: Próprio Autor (2015)

Com todos os benefícios pelos jovens apresentados, é importante ressaltar que ações de incentivo aos jovens ruralistas, deverão estabelecer diretrizes visando à maximização dos benefícios em se permanecer na região rural e à minimização dos efeitos negativos por eles mencionados. Nesse caso explica-se a necessidade deles se sentirem incluídos não apenas na dinâmica de trabalho da propriedade, mas nas tomadas de decisões financeiras, de produção e de comercialização dos produtos produzidos nas propriedades rurais (DOTTO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou analisar quais fatores tem influenciado a permanência dos jovens na agricultura familiar, realizado no Instituto Estadual Rural Abaitará, entidade que oferece o

Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio. A partir das questões pesquisadas, alguns fatores têm influenciado a decisões dos jovens a permanecer ou não na agricultura familiar. Consequentemente a migração desses jovens a cidade está ligado diretamente nas perdas da sucessão da agricultura familiar e dos valores sociais adquirido nas famílias rurais. Contudo, observou-se que tanto os jovens que ficou no meio rural como aquele que saiu para a cidade, mesmo que não desenvolva atividades agrícolas, gosta do campo pelo ritmo de vida e principalmente pela família, como também gosta da cidade, influenciado pelo lazer, pelas facilidades de acesso a educação e saúde e melhor qualidade de vida.

Desta forma, nota-se o alcance do objetivo geral da pesquisa, que buscou identificar quais fatores influencia o jovem na decisão de permanecer na agricultura familiar, foi possível identificar alguns pontos que tem contribuído os jovens ruralistas a tomar decisões permanecer ou não no meio rural. Um dos pontos destacados foi dar continuidade aos estudos, e buscar melhor condições de vida no centro urbano. Nos objetivos específicos foram mencionados, como verificar as expectativas dos jovens rurais sobre seu desempenho ligado as atividades rurais. Este item atendeu as expectativas da pesquisa, pois conforme foi apresentado, se tratando de uma escola agrícola, os alunos praticam atividades como manejo agroecológico de plantas, solo e de animais, são aprendido e posteriormente tem auxiliado suas famílias com conhecimento adquirido e necessário para desempenho de atividades rurais agrícolas.

Outro aspecto mencionado é quanto aos fatores que levam os jovens optarem pela permanência na agricultura familiar. Observa-se que o objetivo foi atendido conforme a percepção dos jovens, um dos requisitos mencionados quanto a opção pela moradia na zona rural é aproveitar a vida tranquila do campo, mas ter sua própria renda e sem dispensar as facilidades urbanas. Outro ponto foi investigar as situações econômicas e sociais dos jovens pesquisados, também foi atingido, uns possuem propriedades rurais próprias, outros não possuem, o que contribui com a instabilidade financeira, e consequentemente o êxodo rural.

E como os aspectos culturais, familiares, sociais e econômicos podem contribuir para a permanência no meio rural, é possível identificar que tais fatores têm influenciado na retenção ou na expulsão desses jovens ruralistas. O aspecto que mais retém os jovens na agricultura familiar é o fator família, alguns acabam ficando e dando continuidade as atividades rurais

optando pelo ritmo de vida em que foi criado.

Destacam-se como pontos fortes na pesquisa, conhecer de perto o comportamento dos agricultores familiares como também o ponto de vista dos jovens entre menina e menino, diferenciando entre eles quais são os fatores que tem incentivado a permanência na agricultura famílias ou a migração campo-cidade conforme suas necessidades e incentivo familiar. A preocupação de manter a sustentabilidade da produção rural, é um assunto que vem ganhando muito atenção dos poderes públicos, que buscando alternativas para a desaceleração do êxodo rural, é oferecido incentivo como linhas de financiamento a baixas taxas de juros, que tem o objetivo o incentivo e continuidade nas atividades agrícolas como também a sucessão das atividades rurais, passando de pai para filho essas experiências que são tão importantes para produção de alimentos das regiões do país e à proteção e sustentabilidade da agrobiodiversidade rural.

Alguns pontos negativos foram encontrados ao longo da pesquisa. Como o êxodo rural é um fator que ao longo dos anos vem sofrendo um crescente aceleração por parte da juventude rural. Diversas medidas protetivas contra mudança de ambiente estão sendo tomadas com a intenção de conter essa migração campo-cidade. Analisou se que há uma falta de divulgação desses incentivos governamentais, muito jovens não tem conhecimento a tais programas e linha de financiamento que atendesse a eventuais necessidades na região em que residem que é oferecida como incentivo pelo governo. É importante ressaltar que a produção familiar agrícola é considerada a principal atividade econômica de muitas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois a gama de oportunidades para os produtores no que tange a empregabilidade e renda é muito importante para manter a família e consequentemente a permanência e continuidade da produtividade agrícola.

As sugestões propostas em contexto para a juventude rural seria buscar forma de incentivo e motivação para os agricultores familiar, com palestras reuniões em associações dos produtores rurais, divulgando e mostrando formas de incentivo que o governo oferece para os pequenos produtores rurais, mostrar a importância que a agricultura familiar tem no Brasil, como base fundamental no abastecimento alimentar de diversas regiões do país como também fator econômico para os produtores rurais. Outro ponto importante seria à aplicação de recursos no incentivo na área de lazer e entretenimento. Seriam projetos voltados a eventuais festas culturais rurais, como também a criação de jogos e competições entre os

jovens ruralistas estimulando assim o prazer em morar no meio rural. Sendo necessário espaço adequado e lugares para realização de eventos, quadras de futebol que atendessem a região como um todo, o que seria uma forma de atratividade para os jovens.

Foram encontradas algumas limitações para a realização da pesquisa, como primeiramente identificar um local em que atendessem aos objetivos da pesquisa e também como os dados foram coletados em um instituto educacional em que os jovens ficam um período do mês na escola e o outro em suas propriedades, houve dificuldades relacionadas a data e horários para aplicação dos formulários para não atrapalhar as atividades diárias da escola e entrevistar o maior número de alunos.

Foi possível analisar na pesquisa o que motiva os jovens na agricultura familiar e as suas pretensões quanto a permanência ou não do meio rural, contribuindo assim para possíveis projetos com o objetivo de oferecer melhores condições socioeconômicas para os agricultores, visando a contenção e migração campo / cidade dos jovens da região. Recomenda-se para pesquisas futuras um estudo sobre quais são as medidas que estão sendo tomadas de incentivos à agricultura familiar com foco na juventude rural em Rondônia, e como esses programas e linhas de financiamentos tem chegado ao conhecimento dos produtores rurais, e aos que aderiram o programa, se o mesmo está atendendo as necessidades e expectativas.

REFERÊNCIAS

- 1 ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998
- 2 CARNEIRO, Maria Jose.; DE CASTRO Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.
- 3 CARVALHO Et al **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. GANHUNS – PE** (2009) Disponível <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>> Acessado em 15-09-2013
- 4 COSTA, Joaquim G. da. **O processo educativo no Projeto Saberes da Terra do Território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades**. Curitiba: UFPR, 2010. 233 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação na Linha de Pesquisa: Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

5 Da Costa Junior ; PEREIRA Hélio Estudo **Da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG.** Caratinga MG 2007

6 DE BASTIANI , Tânia Mara, STRASSER. Renata Blini **PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO: PARA QUE? UFSM Santa Maria 2012. Disponível em**<www.vanessanogueira.info/.../Tânia%20Mara%20De%20Bastiani.pdf> acessado em: 13-09-2013

7 DE CASTRO, Elisa Guaraná 2005. **Em tre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro. UFRJ, 2005 Tese de doutorado.

8 DE MOURA, Antônio Marcos Pontes; DA SILVA, Gleice Mary Gomes **AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO DO MUNICIPIO DE IGACI/ALAGOAS.** Uberlândia- MG 2012

9 DOTTO, Fabiano.**Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco 2011. 113 p. Dissertação (mestrado) Programade Pós-graduação em Desenvolvimento Local Universidade Católica Dom Bosco,

10 EMBRAPA Projeto Balde Cheio **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2015) x
<https://www.embrapa.br/pecuaria-sudeste/busca-de-projetos/-/projeto/38110/projeto-balde-cheio> acesso 28-05-2015

11 FERRARI, et al **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?***Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, 2004: Disponível em
<<http://r1.ufrj.br/esa/art/200410-237-271.pdf>> Acessado em 12-09-13.

12 FONSECA, Rafael; MECHELLON, Ilzo. **Reforma Agrária e cooperação no MST no oeste catarinense.** Maringa (2009)

13 GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

14 HACKBART; Rolf. **A atualidade do Estatuto da Terra.** Disponível em
<<http://www.incra.gov.br/arquivos/0672701921.pdf>> acesado 11-09-2013

15 IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível: em.<**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**> Acesso em 13-08-2013

16 **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

17 LIMA, Ozeir Celestino; SILVA, Velkicimara Santiago. **Agricultura Familiar**: Análise apartir da fundamentação de autores a cerca do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF

18 MANSAN, Paulo Rogério Adamatti 2012. **Juventude camponesa e a permanência no campo**. Disponível em<<http://www.pjr.org.br/2013/index.php/artigos/234-juventude-camponesa-e-a-permanencia-no-campo> > acessado 13-09-13

19 MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

20 MICHEL, Maria Helena **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais** Um guia pratico para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas S.A, 2005

21 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável **Grupo Temático De Juventude Rural**– CONDRAF 20011disponível<www.mda.gov.br/portal/condraf> **acessado**12-09-13

22 MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 1999.

23 Plano Brasil sem miséria 2015 http://www.mda.gov.br/bsm_no_campo/ acesso 23/04 2015

24 PORTAL EDUCAÇÃO
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17608>
Acesso dia 10 setembro 2013

25 **Programa Nacional de Crédito Fundiário CNCF**
(http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/cred_fundiario/ind_ex.asp acesso 2015

26 **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>

27 PNATER **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater.: 25/05/2004”.

28 ROCHET, Flávia Dorivam Vaz; Espínola, Janaina Santos. Equipe da Secretaria Nacional de Juventudes 2006. Guia de política Publicas de Juventudes Brasília 2006

29 SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Histórico da educação do campo no Brasil**.

Disponível em: <<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>> Acesso em 12-09-13

30 SANTOS, Isequias Estevam dos. **Manual de metodologia e técnicas de pesquisas científica:** TCC, Monografia, Dissertação Teses. 5. Ed.- Niteroi, RJ, Impetus, 2005

31 SILVA, José Graziano Grossi; Grossi, Mauro Eduardo do Grossi. **O Novo Rural Brasileiro.** Oficina de atualização Temática 1998.

32 SILVA, Clayton Nunes. **Jovens no Campo:** o processo de construção da identidade de lugar. UNESC 2009

33 SILVA, Geraldo Luiz Francisco da; **Torres Neto**, Diogo Gonzaga; **QUINTINO**, Simone Marçal. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) **2010....**

34 SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de Siqueira. *As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar.* Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural).

35 TOSCACNO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio.** *Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003*

36 TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; DE OLIVEIRA Sibeles Vasconcelos **estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de dr. Pedro e mirim em Santa Rosa- RS** *UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA - RS - BRASIL.2009*

37 WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Porto Alegre. UFRGS, 2009. Tese de doutorado. UFRGS.2009

ANEXO

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar: percepção dos alunos do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

PROGRAMA: Graduação em Administração UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia Campus Professor Francisco Gonçalves

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Dalva Cristina Barbosa Gonçalves

ENDEREÇO: Rua Ijad Did, nº 2737 Residencial Parque Brizon Apº 03

TELEFONE: (69) 92154100 (69) 96073136

OBJETIVOS:

- Verificar as expectativas dos jovens rurais sobre seu desempenho de atividade rural;
- Verificar os requisitos que levam os jovens optarem pela permanência na agricultura familiar;
- Investigar as situações econômicas e sociais dos jovens pesquisados;
- Analisar como os aspectos culturais, familiares sociais e econômicos podem contribuir para a permanência desses jovens no meio rural.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: (caso concorde em participar desta pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre os principais fatores que influencia a permanência dos jovens no meio rural contendo vinte e três questões. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento do Artigo para Graduação no Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao participante.

BENEFÍCIOS: conscientização das pessoas para a valorização da vida no campo.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia de sigilo que assegure a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os dados e o seu nome não serão divulgados.

Assinatura do Participante: _____

ANEXO B: TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Dalva Cristina Barbosa Gonçalves, DECLARO, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários que isento completamente a Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal, o orientador e os professores indicados para comporem o ato de defesa presencial, de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e idéias expressas no presente trabalho de conclusão de curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Cacoal / RO, ____ de _____ de 20__

(nome do Acadêmico por extenso e assinatura)

APÊNDICE

APÊNDICE A: ROTEIRO DO FORMULÁRIO ESTUTURADO

Questionário aplicado aos jovens ruralistas do município de Cacoal, com o objetivo de identificar o que os motivam na permanência no meio rural em atividades ligadas à agricultura familiar. O instrumento auxiliará como ferramenta de coleta de dados contribuindo assim para a pesquisa do artigo de conclusão do curso com tema: FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CACOAL RONDÔNIA, curso de Administração pela Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Linha: _____ Lote: _____ Fone: _____ Data: _____

1- Origem

☐ Rural ☐ Urbana

2- Qual o sexo? ☐ Masculino ☐ Feminino

3- Idade?

☐ 15 anos a 18 ☐ 19 a 21 ☐ 22 a 25 ☐ 26 a 29 anos

4- Estado civil

☐ Solteiro ☐ casado ☐ União estável ☐ outro

5- Quantas pessoas existem no seu grupo familiar?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ou mais

6- Quantas pessoas trabalham exercendo atividades no meio rural?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ou mais

7- Mora no mesmo lote dos pais? ☐ Sim ☐ Não

8- Há quanto tempo você mora (morou) no sítio? _____

9- Quantos hectares possuíam (ou possui) a propriedade da família? _____

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

10 - Qual sua atividade profissional principal atualmente? _____

11- Ocupa-se em outras atividades? ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

LAZER

12- Como era o lazer da família?

- (a) Em casa com filhos
- (b) Na casa de parentes
- (c) Na casa de amigos
- (d) Eventos culturais, igreja, etc...
- (e) Ir a cidade
- (f) Apenas trabalho
- (g) Outro _____

PRODUÇÃO

13- Nível de mecanização na produção:

- (1) Nenhum
- (2) Trator
- (3) Grade
- (4) Reçadeira
- (5) Pulverizador
- (6) Plantadeira
- (7) Colheitadeira
- (8) Tração animal
- (9) Ferramentas e equipamentos manuais

(10) Outros _____

14- Processava alguma das culturas para comercialização? () Sim () Não

15- Faziam mutirão para plantio/colheita? () Sim () Não

16- Considera importante a possibilidade de morar no campo e poder trabalhar na cidade?
() Sim () Não Por que: _____

ESCOLA

17- A escola que frequenta ficava na zona: () Rural () Urbana

18- Aprende sobre a vida no campo na escola? () Sim () Não

Se Sim, relacione o que aprende: _____

PLANO PARA O FUTURO

19- O que você queria ser quando crescer?

(1) Agricultor familiar

(2) Agricultor não-familiar

(3) Outro _____

20- Gosta do trabalho no campo? () Sim () Não

21- Ajudava os pais no trabalho do sítio? () Sim () Não

22- Caso não:

(1) Não gostava

(2) Seus pais lhe permitiam apenas estudar

(3) Sempre encontrava uma forma de ir para a cidade

(5) Outro _____

PERMANECER OU NÃO NO SÍTIO

23 - Seus pais cederiam uma parte do lote para você trabalhar caso decidisse trabalhar no sítio? () Sim () Não

24- Pretende continuar morando (ou voltar a morar) no sítio? () Sim () Não

25- Caso seja um jovem ruralista o campo tem tudo o que você precisava?

() Sim () Não

26- Gostaria de morar na cidade? () Sim () Não

Por quê:

(1) Por causa do trabalho

(2) Por causa do ritmo de vida

(3) Por causa das pessoas

(4) Outro _____

27- Se sim quais motivos?

(1) Aproveitar a vida tranquila do campo sem dispensar as facilidades urbanas

(2) Queria continuar morando com a família, mas ter sua própria renda

(3) Aproveitar a vida tranquila do campo, mas ter sua própria renda

(4) Financeiros

(5) Queria continuar morando com a família sem precisar dispensar as facilidades urbanas

(6) Outros _____

POLÍTICAS PÚBLICAS

28- Tem conhecimento de algum projeto que o estado oferece para incentivo a permanência no campo?

() Sim () Não Qual: _____

29- Participa de algum programa de incentivo a agricultura familiar? () sim () não

30- No teu ponto de vista a falta de incentivo com a agricultura família tem colaborado para possíveis êxodos rurais? () sim () não Por que? _____

DIFICULDADES ENFRENTADAS

31- Quais as maiores dificuldades enfrentadas para se permanecer no campo?

- a) Estudo
- b) dificuldades financeiras
- c) falta de incentivo
- d) não ter propriedade rural própria
- e) outra

32- Considerando os benefícios de se morar no meio rural, quais as facilidades e benefícios encontrados por se morar no campo?

- a) Bem estar
- b) Apoio nas atividades rurais
- c) Incentivo do estado
- d) Rentabilidade gerada com as vendas de produtos produzida na propriedade rural
- e) outro

TERMO DE CONSENTIMENTO: Eu _____, declaro que de livre e espontânea vontade participei da pesquisa

Assinatura _____ do participante: _____

Local/data: _____

Caso não queira identifica-se marque o campo seguinte: ()

O Pesquisador Responsável por este Artigo é DALVA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES do curso de Bacharel em Administração com trabalho de conclusão de curso sobre o tema: **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar: percepção dos alunos do Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará** orientação da Prof.^a SIMONE MARÇAL QUINTINO. Esta pesquisa é de caráter sigiloso. Não serão divulgados nomes de participantes.

Fonte: DOTTO (2011) adaptado pela autora